



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 75.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/05/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 07/05/2026

ORDEM DO DIA

João Carlos (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 6.601, de 2025, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Trabalhador em Refeições Coletivas e dá outras providências.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Resolução nº 70, de 2025, que institui o Prêmio César Lattes, da Câmara dos Deputados.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Resolução nº 70, de 2025, que institui o Prêmio César Lattes, da Câmara dos Deputados.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 100, de 2021, que altera a Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003 - Lei do ISS, para excluir da base de cálculo o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 100, de 2021, que altera a Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003 - Lei do ISS, para excluir da base de cálculo o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado elogiou a contribuição dos Consultores Legislativos Tito, Bruno e Luís Jivago na votação dos Projetos de Resoluções nº 70, de 2025 e nº 21, de 2026.

BREVES COMUNICAÇÕES

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado agradeceu a solidariedade recebida após a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de suspender seu mandato e os mandatos dos Deputados Zé Trovão e Marcos Pollon por 2 meses. Ademais, defendeu a legitimidade da ocupação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados como manifestação contra interferências indevidas do Supremo Tribunal Federal (STF) e em defesa da anistia. Além disso, criticou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria da pena, como insuficiente para fazer justiça aos condenados pelas manifestações de 8 de janeiro de 2023, e repudiou o arquivamento pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do processo contra o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 75.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/05/2026

Deputado André Janones por rachadinha. Adicionalmente, manifestou a expectativa de que seu recurso contra a suspensão seja acolhido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Ao final, repudiou a perseguição promovida pelo Governo Lula, pelo STF e pela Câmara dos Deputados.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado condenou a articulação política entre Parlamentares da Direita e da extrema direita para rejeitar a indicação do Advogado-Geral da União Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF), impedir a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master e aprovar o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que dispõe sobre a dosimetria da pena. Ademais, destacou a operação da Polícia Federal determinada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça contra o Senador Ciro Nogueira, ex-Ministro da Casa Civil do Governo Bolsonaro, apontando o recebimento de propina pelo Senador para atuar em prol da ampliação da garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Ao final, classificou o Banco Master e os golpistas como organizações criminosas, criticou o bolsonarismo e elogiou a atuação da Polícia Federal.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado agradeceu o convite do Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo (Sindipetro-ES) para audiência pública sobre o futuro da indústria petroleira no Estado, a ser realizada na Assembleia Legislativa. Ademais, destacou que o debate abordará a produção de petróleo em terras capixabas e a criação de fundo soberano do petróleo. Por fim, ressaltou a importância da Petrobras e da indústria petroleira para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Sargento Fatur (PL - PR) - O Deputado tratou da operação da Polícia Federal contra o Senador Ciro Nogueira, relacionada ao Banco Master, e afirmou que, caso sejam comprovados crimes, os envolvidos devem ser punidos. Ademais, destacou esquema de propina envolvendo o Senador Ciro Nogueira e o empresário Daniel Vorcaro no caso Banco Master, além de criticar o ex-Presidente do Banco de Brasília (BRB) por pareceres favoráveis à instituição. Além disso, defendeu que as investigações alcancem integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou a anulação dos processos do Presidente Lula na Operação Lava Jato pelo STF e manifestou expectativa sobre as apurações relativas à fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a participação de Lulinha, filho do Presidente da República. Ao final, defendeu os Deputados Marcel van Hattem, Zé Trovão e Marcos Pollon diante da suspensão de seus mandatos pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado tratou de nova etapa da Operação *Compliance Zero*, com mandados de busca e apreensão contra o Senador Ciro Nogueira, e destacou suspeitas de atuação em favor do empresário Daniel Vorcaro em troca de vantagens econômicas indevidas. Ademais, relacionou as acusações à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 75.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/05/2026

emenda apresentada pelo Senador para elevar a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), afirmando que o caso expõe o temor de aliados do ex-Presidente Bolsonaro em relação às investigações e à criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o Banco Master. Por fim, ressaltou a autonomia da Polícia Federal no Governo Lula e o início do esquema de corrupção do Master no Governo Bolsonaro.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a Medida Provisória nº 1.327, de 2025, que trata de mudanças na Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Ressaltou que a manutenção dos exames médicos e psicológicos corrigiu injustiça e protegeu a segurança no trânsito, pois a ausência de infração grave ou gravíssima não comprova aptidão física ou psicológica para dirigir. Ademais, defendeu diálogo com o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e com entidades da medicina e da psicologia do tráfego para negociar preços que viabilizem o funcionamento das clínicas e preservem o trânsito seguro.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Dia Mundial do Livro e alertou para a redução do número de leitores no Brasil, destacando dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 2024. Ademais, criticou os efeitos dos dispositivos digitais e dos algoritmos sobre a capacidade de concentração e de leitura prolongada. Além disso, ressaltou a importância da Lei nº 14.837, de 2024, originada do Projeto de Lei nº 5.656, de 2019, de sua autoria em coautoria com a Deputada Carmen Zanotto, que criou o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Por fim, defendeu a universalização das bibliotecas escolares, a valorização dos bibliotecários e o fortalecimento da leitura como instrumento de formação, igualdade de oportunidades e desenvolvimento do País.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 3.240, de 2024, de sua autoria, que altera a Lei nº 14.133, de 2021, para estabelecer percentual mínimo de mão de obra formada por jovens aprendizes e pessoas com deficiência em contratos celebrados pela Administração Pública. Ressaltou que a proposição utiliza o poder de contratação do Estado como instrumento de inclusão social, geração de oportunidades, autonomia financeira e igualdade. Ao final, destacou que a proposta não gera aumento de despesa pública e contribui para um País mais justo e acessível a todos.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado denunciou a precariedade do controle da fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru e responsabilizou o Governo Federal pelo avanço do tráfico de drogas e das facções criminosas no Estado. Ressaltou que a União falhou no policiamento e na vigilância da faixa de fronteira, apontando a insuficiência de efetivo da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e das operações das Forças Armadas. Ao final, destacou os impactos da violência na população acreana e cobrou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 75.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/05/2026

ampliação permanente da presença federal na região, integração de inteligência com países vizinhos e criação de política nacional contínua de segurança de fronteiras.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado defendeu a pavimentação asfáltica da BR-319 como medida de soberania nacional e dignidade para o povo amazonense. Ressaltou que o Amazonas permanece isolado por falta de conexão terrestre com o restante do País, o que encarece alimentos, combustível e deslocamentos. Ademais, cobrou do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) o protocolo do pedido de Licença de Instalação, a conclusão do Plano Básico Ambiental e celeridade no licenciamento da obra. Ao final, defendeu o asfaltamento da rodovia dentro da lei, com respeito à floresta, às comunidades e ao licenciamento ambiental.

ENCERRAMENTO